

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00009/2026
DISPENSA DE VALOR Nº 00008/2026

O Município de Machados, Estado de Pernambuco – Por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MACHADOS**, Manoel João, 614 - Centro - Machados - PE, CNPJ nº 07.173.244/0001–15, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência social, torna público que, realizará procedimento de contratação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 03/03/2026, Até às 16H00min (protocolo presencial ou via E-mail)
JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:	DIA 04/03/2026
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO E ENDEREÇO PARA PROTOCOLO PRESENCIAL:	contratacoesfmas.machados@gmail.com PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS AV. MAJOR JOÃO MARQUES DE OLIVEIRA, S/N - CENTRO - MACHADOS - PE.

1.0 – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste edital é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva de câmeras de segurança para suprir as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social, Machados/PE.**

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 – **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- 1.2.2 – **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;**
- 1.2.3 – **ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;**
- 1.2.4 – **ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÃO;**

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Machados/PE, para exercício de 2026 na classificação abaixo:

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0812208012.073 – FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL
(CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS))
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824308022.075 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS
FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824408012.077 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824408022.079 – BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824408072.080 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE(MAC)
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS
FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
665 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS
REPASSES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824427042.081 – PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0830608022.084 – MANUTENÇÃO DA REDE DE
SEGURANÇA ALIMENTAR: COZINHA COMUNITÁRIA
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS
FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1 O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 19.900,02(dezenove mil novecentos reais e dois centavos)**.

3.2 O referido valor foi obtido por meio de pesquisa de preços de mercado, realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado, em atendimento às orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE.

3.3 Considerando o valor estimado da contratação, esta poderá ser realizada mediante Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de contratação cujo valor se enquadra no limite legal estabelecido para compras e serviços.

3.4 O montante estimado encontra-se compatível com o objeto pretendido, estando incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução da contratação, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não sendo admitidos acréscimos posteriores.

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente **CHAMADA PÚBLICA** permanecerá aberta pelo prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua divulgação no site oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em conformidade com o disposto no art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os interessados deverão encaminhar a documentação de habilitação e a proposta de preços/cotação, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: contratacoesfmas.machados@gmail.com, devendo constar, preferencialmente, no assunto da mensagem, a identificação da **DISPENSA** correspondente.

4.3. O prazo limite para o recebimento das propostas de preços será até o dia **03 de março de 2026, às 16h00 (dezesseis horas)**, horário oficial de Brasília, sendo desconsideradas as propostas encaminhadas fora do prazo estabelecido.

4.4. Para fins de habilitação na presente Dispensa de Licitação, os interessados, pessoas jurídicas, deverão apresentar a documentação exigida neste Termo de Referência, observados os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da legislação vigente.

4.5 Habilitação Jurídica e Fiscal:

4.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, em situação ativa.

4.5.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, conforme a natureza jurídica da empresa, contendo objeto social compatível com a prestação dos serviços ora contratados e, quando aplicável, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

4.5.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil.

4.5.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do licitante.

4.5.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Municipais.

4.5.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

4.5.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da legislação vigente.

4.5.8 Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme previsto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante no Anexo III.

4.5.9 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, expedida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, emitida em até 30 (trinta) dias anteriores à data limite para apresentação das propostas, disponível no endereço eletrônico oficial do TCU.

4.6 Proposta de Preço/Cotação:

4.6.1 A proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Instrumento, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da proponente.

4.6.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências estabelecidas neste Instrumento e em seus anexos.

4.6.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários estimados pela Administração, devendo guardar compatibilidade com os preços de mercado e com o valor máximo admitido para a contratação.

4.6.4 Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam a contratada, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento ou inexequibilidade.

4.6.5 Os valores ofertados deverão ser líquidos, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como impostos, taxas, tributos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fretes, seguros e quaisquer outras despesas incidentes, devendo ser expressos com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

4.6.6 A oferta deverá ser firme, precisa e irretratável, limitada estritamente ao objeto deste Instrumento e de seus anexos, sendo vedada a apresentação de alternativas de preços ou condições que possam ensejar mais de um resultado de julgamento, sob pena de desclassificação.

4.6.7 A proposta deverá obedecer integralmente aos termos deste Instrumento e de seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações técnicas e condições ali estabelecidas.

4.6.8 Na hipótese de constatação de indícios de inexequibilidade do preço, o proponente deverá apresentar, quando solicitado pelo agente de contratação, demonstrativo de composição de custos, para fins de verificação da exequibilidade, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (Trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal de prestação de serviços, devidamente atestada e acompanhada da comprovação da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços prestados a que se referir;

5.1.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

5.1.3 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

5.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.0 – DOS PRAZOS, VIGÊNCIA E REAJUSTAMENTO:

6.1 O prazo para início da execução do objeto da presente contratação será de até **01 (um) dia útil**, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos casos e condições previstos na legislação vigente.

6.2 O prazo de vigência do contrato será até **31 de dezembro de 2026**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, quando cabível, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

6.3 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período de vigência do contrato, considerando tratar-se de contratação com prazo inferior a 11 (onze) meses, nos termos da legislação aplicável.

7.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1 Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratante:

7.1.1 Proporcionar todas as condições e facilidades necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratado, de acordo com as normas e condições estabelecidas neste Instrumento e em seus anexos.

7.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo, quando necessário, contar com o apoio de terceiros para subsidiar informações pertinentes às atribuições de fiscalização.

7.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, prazos ou demais condições pactuadas.

7.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após a regular liquidação da despesa.

7.1.5 Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis no prazo estipulado.

7.1.6 Verificar, previamente ao pagamento, a regularidade da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias, quando exigível, nos termos da legislação vigente.

8.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

8.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste Procedimento de Contratação, do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratada:

8.1.1 Executar o objeto contratado com zelo, eficiência e qualidade, utilizando-se de mão de obra qualificada, materiais adequados e todos os recursos necessários à fiel execução dos serviços.

8.1.2 Responsabilizar-se integralmente por danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, inclusive aqueles causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados, se houver.

8.1.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não se estabelecendo qualquer vínculo entre os empregados da Contratada e a Contratante.

8.1.4 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, incluindo transporte, deslocamento, frete, carga e descarga, ferramentas, equipamentos, materiais, seguros e demais custos correlatos.

8.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

8.1.6 Reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.7 Garantir a qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a realizar, às suas expensas, os reparos ou correções que se fizerem necessários em razão de execução em desacordo com as especificações contratuais.

8.1.8 Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

8.1.9 Cumprir rigorosamente as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento, na proposta apresentada e nas ordens emitidas pela Contratante.

8.1.10 Comunicar imediatamente, por escrito, à fiscalização do contrato, qualquer irregularidade, fato anormal ou impedimento que possa comprometer a execução dos serviços.

8.1.11 Indicar formalmente preposto para representá-la junto à Contratante durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações e prestar esclarecimentos.

8.1.12 Submeter-se à fiscalização da Contratante, por meio de seus gestores e fiscais, a qualquer tempo, permitindo o acompanhamento da execução contratual, sem que isso implique corresponsabilidade da Administração.

8.1.13 Cumprir, durante toda a execução do contrato, as normas legais e regulamentares de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis, sendo a única responsável por eventuais infrações cometidas.

8.1.14 Assumir integral responsabilidade por reclamações, demandas judiciais ou administrativas decorrentes da execução do contrato, que venham a ser ajuizadas contra a Contratante por terceiros.

8.1.15 Abster-se de divulgar, veicular ou utilizar publicidade relacionada ao objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

9.0 – DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E OBRIGAÇÕES DO GESTOR E FISCAL:

Compete ao Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, zelando pela regularidade, qualidade e adequação da prestação contratual;
- b) Conhecer integralmente os termos do contrato, seus anexos e a proposta da Contratada, a fim de identificar com precisão as obrigações assumidas pelas partes;
- c) Manter contato permanente com o preposto da Contratada, visando alinhar procedimentos, esclarecer dúvidas e acompanhar a execução do objeto;
- d) Exigir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, das especificações técnicas e das ordens de serviço expedidas pela Administração;
- e) Registrar, em relatório ou instrumento próprio, as ocorrências verificadas durante a execução contratual, indicando as providências adotadas;
- f) Recusar a execução de serviços em desacordo com o contrato, bem como aqueles que não atendam às especificações técnicas estabelecidas;
- g) Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade constatada, solicitando a adoção das medidas corretivas cabíveis;
- h) Informar ao Gestor do Contrato as irregularidades passíveis de aplicação de penalidades, após as tentativas de solução administrativa junto à Contratada.

Compete ao Gestor do Contrato:

- a) Coordenar e supervisionar a execução contratual, assegurando o cumprimento das cláusulas pactuadas;
- b) Analisar os relatórios e registros encaminhados pelo Fiscal do Contrato;
- c) Adotar providências administrativas necessárias à correção de falhas na execução do contrato;
- d) Solicitar a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades, quando cabível, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada;
- e) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento contratual;
- f) Acompanhar e autorizar os pagamentos devidos à Contratada, após a regular liquidação da despesa e verificação da conformidade dos serviços prestados;
- g) Manter controle atualizado da execução financeira do contrato, de modo a evitar a extrapolação do valor contratado;
- h) Orientar o Fiscal do Contrato quanto à correta observância das cláusulas contratuais e da legislação aplicável.

10.0 – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

10.1 Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Contratante, e desde que a Contratada não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para a ocorrência do atraso, será devida compensação financeira, a incidir desde a data limite fixada para o pagamento até a data do efetivo adimplemento da obrigação.

10.2 Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias corridos entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela devida;

I = índice de compensação financeira.

10.3 O índice de compensação financeira (I) será apurado da seguinte forma:

$I = (TX \div 100) \div 365$, em que TX corresponde ao percentual do IPCA – IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, ou, na sua ausência, ao índice oficial que venha a substituí-lo, conforme definido pelo Governo Federal.

10.4 Na hipótese de extinção, alteração ou impossibilidade de utilização do índice previsto no item anterior, será adotado, para fins de compensação financeira, o índice que vier a ser legalmente estabelecido para esse fim.

11.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo aplicadas as sanções nos termos, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163 do mesmo diploma legal.

11.2 Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, observada a gravidade da infração cometida:

- a) Advertência, aplicada exclusivamente nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa moratória, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto, limitada ao percentual máximo previsto em lei;
- c) Multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

- d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos casos das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como nos casos em que as infrações dos incisos II a VII do mesmo artigo justificarem a aplicação de penalidade mais grave;
- f) Aplicação cumulativa das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, quando cabível, observado o princípio da proporcionalidade.

11.3 O valor da multa ou da indenização eventualmente aplicada deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da Contratada, sob pena de desconto automático dos valores devidos em pagamentos futuros ou, não sendo possível, de cobrança judicial, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais cominações legais.

12.0 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP:

12.1 Será assegurado, na presente contratação, o tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sempre que compatível com o objeto e com o interesse público.

12.2 Considerando tratar-se de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se a exceção prevista no art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, não sendo obrigatória a adoção das medidas de exclusividade ou de reserva de cota, sem prejuízo da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em igualdade de condições com as demais interessadas.

13.0 – DO JULGAMENTO:

13.1 O julgamento das propostas será realizado com base no critério de menor preço por item, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Instrumento e no respectivo Termo de Referência, e que os valores ofertados sejam iguais ou inferiores ao valor estimado pela Administração.

13.2 A análise da proposta comercial classificada em primeiro lugar, bem como das demais, se necessário, assim como a verificação da documentação de habilitação exigida, será realizada pela unidade/setor demandante da contratação, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis.

13.3 Caso a proposta que apresentar o menor preço não atenda às especificações técnicas exigidas neste Instrumento e em seus anexos, será desclassificada, procedendo-se à análise da proposta

subsequente, observada a ordem de classificação, até que se identifique proposta que atenda plenamente às exigências estabelecidas.

13.4 Na hipótese de inexistência de propostas adicionais, poderá ser solicitada, quando possível, a documentação de habilitação da empresa que apresentou a cotação inicial de menor valor, a qual deverá encaminhá-la no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da solicitação.

13.5 O não encaminhamento da documentação exigida no prazo estabelecido ensejará a convocação das demais empresas, observada a ordem de classificação e a conveniência administrativa.

13.6 Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Justiça do Trabalho, devendo tais condições de regularidade ser mantidas durante toda a vigência da contratação, conforme dispõe a legislação vigente.

13.7 Não será admitida a contratação de empresa que se encontre suspensa, impedida ou declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

13.8 Constatado o atendimento a todas as exigências fixadas neste Instrumento e em seus anexos, a empresa será declarada vencedora do procedimento.

13.9 Eventuais inconformidades ou questionamentos acerca das decisões proferidas durante o procedimento poderão ser apresentados por meio de petição escrita, sem efeito suspensivo, a ser encaminhada ao endereço eletrônico: contratacoesfmas.machados@gmail.com, no prazo e forma definidos pela Administração.

14.0– DO DESEMPATE:

14.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão adotados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão ser convocados pelo Agente de Contratação para apresentação de nova proposta de preço, em ato contínuo e formalmente registrado nos autos;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais, atestados de capacidade técnica apresentados e demais informações disponíveis nos sistemas oficiais, facultada à Administração a realização de diligências para verificação da veracidade das informações;
- c) comprovação, pelo licitante, do desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos da regulamentação aplicável.

14.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no item 14.1, será assegurada, sucessivamente, a preferência para contratação de bens e serviços:

- a) produzidos ou prestados por empresas estabelecidas no Estado de Pernambuco;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem a adoção de práticas de mitigação de impactos ambientais, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. O Município poderá revogar, no todo ou em parte, o presente instrumento de Chamada Pública, por razões de conveniência e oportunidade administrativa, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e justificado, nos termos da legislação vigente.

15.2. O Município deverá anular, no todo ou em parte, o presente procedimento, sempre que constatada ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, observado o devido processo legal.

15.3. A anulação do procedimento de Chamada Pública não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando comprovado prejuízo regularmente suportado pelo contratado de boa-fé.

15.4. Após a fase de classificação das propostas, não será admitida desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pela Administração Municipal.

Machados, 25 de fevereiro de 2026.

MARCIELA BORGES DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva de câmeras de segurança para suprir as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social, Machados/PE.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se: Os serviços de manutenção preventiva e corretiva das câmeras de segurança no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social de Machados/PE mostra-se essencial para assegurar a integridade, a eficiência e a continuidade dos sistemas de monitoramento instalados nas unidades socioassistenciais e demais equipamentos públicos a ele vinculados.

Os sistemas de videomonitoramento constituem ferramenta fundamental para a segurança de usuários, servidores, colaboradores e demais frequentadores das unidades da Assistência Social, possibilitando o acompanhamento contínuo dos ambientes, a inibição de práticas ilícitas e a pronta identificação de situações de risco, tais como invasões, vandalismo, furtos e outros incidentes que possam comprometer o patrimônio público e a integridade física das pessoas atendidas.

A realização periódica da manutenção preventiva garante que os equipamentos permaneçam em pleno funcionamento, reduzindo a probabilidade de falhas técnicas, interrupções inesperadas e perda de imagens, além de contribuir para a conservação e o prolongamento da vida útil dos equipamentos, evitando substituições precoces e promovendo a otimização dos recursos públicos investidos.

Por sua vez, a manutenção corretiva assegura o restabelecimento imediato do funcionamento dos equipamentos em caso de defeitos ou avarias, minimizando o tempo de inatividade do sistema e preservando a eficiência operacional do serviço de vigilância eletrônica.

3. DOS PRAZOS, VIGÊNCIA E REAJUSTAMENTO:

3.1 O prazo para início da execução do objeto da presente contratação será de até **02 (um) dia útil**, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos casos e condições previstos na legislação vigente.

3.2 O prazo de vigência do contrato será até **31 de dezembro de 2026**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, quando cabível, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

3.3 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período de vigência do contrato, considerando tratar-se de contratação com prazo inferior a 11 (onze) meses, nos termos da legislação aplicável.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das câmeras de segurança compreenderá um conjunto de ações técnicas destinadas a garantir o pleno funcionamento, a eficiência operacional e a durabilidade dos equipamentos de vigilância eletrônica instalados nas unidades socioassistenciais e demais dependências vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social de Machados/PE.

4.2 – Da manutenção preventiva

4.2.1. A manutenção preventiva terá caráter periódico e programado, visando à prevenção de falhas, à conservação dos equipamentos e à garantia da qualidade das imagens captadas.

4.2.2 Limpeza dos equipamentos:

Consistirá na limpeza das lentes, carcaças e demais componentes externos, bem como na remoção de poeira e detritos dos componentes internos acessíveis, de modo a assegurar imagens claras, nítidas e livres de interferências.

4.2.3. Testes de funcionamento:

Verificação do funcionamento geral das câmeras, incluindo, quando aplicável, os recursos de pan, tilt e zoom, foco, gravação e armazenamento de imagens, assegurando o correto salvamento e acesso aos dados registrados.

4.2.4. Verificação de conexões e cabos:

Inspeção dos cabos de alimentação e de transmissão de dados, com vistas à identificação de desgastes, avarias ou mal contato, bem como conferência de conectores e terminais, garantindo conexões firmes, seguras e estáveis.

4.2.5. Atualização de software e firmware:

Instalação de atualizações de software e firmware disponibilizadas pelos fabricantes, quando aplicável, visando à correção de falhas, melhoria de desempenho e reforço da segurança dos sistemas.

4.2.6. Documentação:

Registro das atividades de manutenção preventiva realizadas, contendo, no mínimo, data da execução, descrição dos serviços efetuados e observações quanto ao estado de conservação e funcionamento dos equipamentos.

4.3 – Da manutenção corretiva

4.3.1. A manutenção corretiva será realizada sempre que identificadas falhas, defeitos ou mau funcionamento dos equipamentos, mediante solicitação da CONTRATANTE.

4.3.2. Diagnóstico de problemas:

Identificação e análise das falhas reportadas, tais como câmeras inoperantes, imagens distorcidas, perda de sinal ou baixa qualidade de imagem, utilizando-se ferramentas e procedimentos técnicos adequados para determinação da causa raiz do problema.

4.3.3. Reparação de componentes danificados:

Substituição ou reparo de componentes danificados, incluindo, mas não se limitando a lentes, sensores, cabos, conectores, placas eletrônicas e demais partes necessárias ao restabelecimento do funcionamento adequado dos equipamentos.

4.3.4. Reconfiguração e recalibração:

Reconfiguração das definições de software e firmware após os reparos, bem como a recalibração das câmeras, assegurando o correto enquadramento, foco, parâmetros operacionais e qualidade das imagens.

4.3.5. Testes pós-reparo:

Realização de testes completos após a manutenção corretiva, com verificação da qualidade das imagens, funcionamento dos recursos operacionais e correta gravação e armazenamento dos dados.

4.3.6. Relatório de serviço:

Elaboração de relatório técnico detalhado, contendo a descrição dos serviços corretivos executados, peças substituídas, testes realizados e resultados obtidos.

4.4. As solicitações de serviços serão realizadas pela CONTRATANTE por meio de requisição formal, devendo a CONTRATADA iniciar o atendimento no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação.

4.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços com zelo, eficiência e observância às normas técnicas aplicáveis, responsabilizando-se por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços.

4.6. Caberá à CONTRATADA o fornecimento, às suas expensas, de todos os materiais, ferramentas, equipamentos, insumos e produtos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo materiais duráveis e de consumo, não sendo devido qualquer pagamento adicional além do valor contratado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento pelos serviços efetivamente executados será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal de prestação de serviços, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada da comprovação da regular execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.1. A nota fiscal deverá conter, de forma clara e discriminada, a descrição dos serviços prestados no período a que se referir.

6.1.2. As notas fiscais ou faturas que apresentarem incorreções, inconsistências ou irregularidades serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções, ficando o prazo para pagamento suspenso e reiniciado por igual período de 30 (trinta) dias, contado da reapresentação da documentação devidamente corrigida e aceita, sem a incidência de quaisquer ônus para a Administração.

6.1.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação, inadimplência contratual, descumprimento de obrigações legais ou aplicação de penalidades, nos termos previstos neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, mediante crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

6.2.1. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar a emissão da respectiva ordem bancária.

6.2.2. No momento do pagamento, serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

6.3. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que apresente documentação oficial comprobatória de sua opção e regular enquadramento, ficando o pagamento condicionado à referida comprovação.

7. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E OBRIGAÇÕES DO GESTOR E FISCAL:

Compete ao Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, zelando pela regularidade, qualidade e adequação da prestação contratual;
- b) Conhecer integralmente os termos do contrato, seus anexos e a proposta da Contratada, a fim de identificar com precisão as obrigações assumidas pelas partes;
- c) Manter contato permanente com o preposto da Contratada, visando alinhar procedimentos, esclarecer dúvidas e acompanhar a execução do objeto;

- d) Exigir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, das especificações técnicas e das ordens de serviço expedidas pela Administração;
- e) Registrar, em relatório ou instrumento próprio, as ocorrências verificadas durante a execução contratual, indicando as providências adotadas;
- f) Recusar a execução de serviços em desacordo com o contrato, bem como aqueles que não atendam às especificações técnicas estabelecidas;
- g) Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade constatada, solicitando a adoção das medidas corretivas cabíveis;
- h) Informar ao Gestor do Contrato as irregularidades passíveis de aplicação de penalidades, após as tentativas de solução administrativa junto à Contratada.

Compete ao Gestor do Contrato:

- a) Coordenar e supervisionar a execução contratual, assegurando o cumprimento das cláusulas pactuadas;
- b) Analisar os relatórios e registros encaminhados pelo Fiscal do Contrato;
- c) Adotar providências administrativas necessárias à correção de falhas na execução do contrato;
- d) Solicitar a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades, quando cabível, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada;
- e) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento contratual;
- f) Acompanhar e autorizar os pagamentos devidos à Contratada, após a regular liquidação da despesa e verificação da conformidade dos serviços prestados;
- g) Manter controle atualizado da execução financeira do contrato, de modo a evitar a extrapolção do valor contratado;
- h) Orientar o Fiscal do Contrato quanto à correta observância das cláusulas contratuais e da legislação aplicável.

7.1 Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratante:

7.1.1 Proporcionar todas as condições e facilidades necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratado, de acordo com as normas e condições estabelecidas neste Instrumento e em seus anexos.

7.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo, quando necessário, contar com o apoio de terceiros para subsidiar informações pertinentes às atribuições de fiscalização.

7.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, prazos ou demais condições pactuadas.

7.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após a regular liquidação da despesa.

7.1.5 Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis no prazo estipulado.

7.1.6 Verificar, previamente ao pagamento, a regularidade da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias, quando exigível, nos termos da legislação vigente.

8.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratante:

8.1.1 Proporcionar todas as condições e facilidades necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratado, de acordo com as normas e condições estabelecidas neste Instrumento e em seus anexos.

8.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo, quando necessário, contar com o apoio de terceiros para subsidiar informações pertinentes às atribuições de fiscalização.

8.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, prazos ou demais condições pactuadas.

8.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após a regular liquidação da despesa.

8.1.5 Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis no prazo estipulado.

8.1.6 Verificar, previamente ao pagamento, a regularidade da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias, quando exigível, nos termos da legislação vigente.

9.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

9.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste Procedimento de Contratação, do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratada:

9.1.1 Executar o objeto contratado com zelo, eficiência e qualidade, utilizando-se de mão de obra qualificada, materiais adequados e todos os recursos necessários à fiel execução dos serviços.

9.1.2 Responsabilizar-se integralmente por danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, inclusive aqueles causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados, se houver.

9.1.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não se estabelecendo qualquer vínculo entre os empregados da Contratada e a Contratante.

9.1.4 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, incluindo transporte, deslocamento, frete, carga e descarga, ferramentas, equipamentos, materiais, seguros e demais custos correlatos.

9.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

9.1.6 Reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.7 Garantir a qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a realizar, às suas expensas, os reparos ou correções que se fizerem necessários em razão de execução em desacordo com as especificações contratuais.

9.1.8 Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

9.1.9 Cumprir rigorosamente as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento, na proposta apresentada e nas ordens emitidas pela Contratante.

9.1.10 Comunicar imediatamente, por escrito, à fiscalização do contrato, qualquer irregularidade, fato anormal ou impedimento que possa comprometer a execução dos serviços.

9.1.11 Indicar formalmente preposto para representá-la junto à Contratante durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações e prestar esclarecimentos.

9.1.12 Submeter-se à fiscalização da Contratante, por meio de seus gestores e fiscais, a qualquer tempo, permitindo o acompanhamento da execução contratual, sem que isso implique corresponsabilidade da Administração.

9.1.13 Cumprir, durante toda a execução do contrato, as normas legais e regulamentares de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis, sendo a única responsável por eventuais infrações cometidas.

9.1.14 Assumir integral responsabilidade por reclamações, demandas judiciais ou administrativas decorrentes da execução do contrato, que venham a ser ajuizadas contra a Contratante por terceiros.

9.1.15 Abster-se de divulgar, veicular ou utilizar publicidade relacionada ao objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

10. DO CONTRATO

10.1. A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, nos termos do Título III, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes deste Termo de Referência, do instrumento convocatório, da proposta vencedora e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

10.2. O contrato conterá, obrigatoriamente, as cláusulas e condições essenciais previstas na legislação vigente, especialmente aquelas relativas ao objeto, prazo de vigência, execução dos serviços, forma de pagamento, fiscalização, responsabilidades das partes, sanções administrativas e hipóteses de rescisão.

10.3. Integram o contrato, independentemente de transcrição, este Termo de Referência, a proposta apresentada pela CONTRATADA, bem como demais documentos que compõem o processo administrativo de contratação.

11. DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além da aplicação das sanções administrativas cabíveis, a rescisão contratual, com as consequências previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

11.2. Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de outros fundamentos legalmente admitidos.

11.3. A rescisão contratual será processada de forma motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e dar-se-á na forma e nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 137, observadas as disposições constantes do contrato.

12.0 DO VALOR ESTIMADO E DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Após realização de pesquisa de preços de mercado, efetuada pelo setor competente do Município de Machados/PE, foi estimado o valor para a contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência, conforme especificações, unidades, quantitativos e valores constantes no quadro abaixo, os quais refletem preços compatíveis com os praticados no mercado e atendem aos princípios da razoabilidade e economicidade.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA	SERVIÇO	6	3.316,67	19.900,02
				Total	19.900,02

12.2. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 19.900,02 (dezenove mil novecentos reais e dois centavos)**.

12.3. Os valores estimados abrangem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes, não sendo devido qualquer pagamento adicional à CONTRATADA além do valor contratado.

13. RAZÕES DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

13.1. A escolha do executante fundamenta-se na apresentação integral da documentação exigida para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como na oferta do menor preço por item, dentre aqueles participantes da pesquisa de preços, caracterizando-se, assim, a proposta mais vantajosa para o Fundo Municipal de Assistência Social de Machados/PE, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Destaca-se que os preços apresentados demonstram compatibilidade com os valores praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, bem como às necessidades da Administração Pública.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Termo de Referência integra o processo de contratação e vinculará o instrumento contratual que dele decorrer, fazendo parte integrante e inseparável do contrato, para todos os fins legais.

14.2. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente contratação, as partes elegem o Foro da Comarca de Bom Jardim, Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

REF.: DISPENSA DE VALOR Nº 00008/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva de câmeras de segurança para suprir as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social, Machados/PE.

PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO:

E-MAIL:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDAD E	QTD	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1					
			Total		R\$

Valor Global da Proposta;

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Machados, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACHADOS POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MACHADOS E A EMPRESA, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **Fundo Municipal de Assistência Social de Machados** - Rua João Pessoa Guerra, 603 - Centro - Machados - PE, CNPJ nº 07.173.244/0001-15, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social **Marciela Borges de Souza**, Brasileira, residente e domiciliada na Rua Felipe Correia, 355 - Centro - Machados - PE, CPF nº 054.689.954-41, Carteira de Identidade nº 6892543 SSP/PE, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, ... - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e legislação pertinente, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DO OBJETO:

Este contrato decorre da Dispensa Licitação DP nº 00008/2026, Processo Administrativo nº 00009/2026, processada nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva de câmeras de segurança para suprir as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social, Machados/PE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO ORÇAMENTÁRIO:

As despesas do contrato neste exercício correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0812208012.073 – FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL
(CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS))
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824308022.075 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS
FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824408012.077 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824408022.079 – BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824408072.080 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE(MAC)
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS
FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
665 – TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS
REPASSES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0824427042.081 – PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
660.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

03.011 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0830608022.084 – MANUTENÇÃO DA REDE DE
SEGURANÇA ALIMENTAR: COZINHA COMUNITÁRIA
500.1000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS
661 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS
FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (Trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal de prestação de serviços, devidamente atestada e acompanhada da comprovação da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.1 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços prestados a que se referir;

4.1.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

4.1.3 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

4.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste Procedimento de Contratação, do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratada:

5.1.1 Executar o objeto contratado com zelo, eficiência e qualidade, utilizando-se de mão de obra qualificada, materiais adequados e todos os recursos necessários à fiel execução dos serviços.

5.1.2 Responsabilizar-se integralmente por danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, inclusive aqueles causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados, se houver.

5.1.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não se estabelecendo qualquer vínculo entre os empregados da Contratada e a Contratante.

5.1.4 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, incluindo transporte, deslocamento, frete, carga e descarga, ferramentas, equipamentos, materiais, seguros e demais custos correlatos.

5.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

5.1.6 Reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.7 Garantir a qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a realizar, às suas expensas, os reparos ou correções que se fizerem necessários em razão de execução em desacordo com as especificações contratuais.

5.1.8 Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

5.1.9 Cumprir rigorosamente as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento, na proposta apresentada e nas ordens emitidas pela Contratante.

5.1.10 Comunicar imediatamente, por escrito, à fiscalização do contrato, qualquer irregularidade, fato anormal ou impedimento que possa comprometer a execução dos serviços.

5.1.11 Indicar formalmente preposto para representá-la junto à Contratante durante a execução do contrato, com poderes para receber notificações e prestar esclarecimentos.

5.1.12 Submeter-se à fiscalização da Contratante, por meio de seus gestores e fiscais, a qualquer tempo, permitindo o acompanhamento da execução contratual, sem que isso implique corresponsabilidade da Administração.

5.1.13 Cumprir, durante toda a execução do contrato, as normas legais e regulamentares de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis, sendo a única responsável por eventuais infrações cometidas.

5.1.14 Assumir integral responsabilidade por reclamações, demandas judiciais ou administrativas decorrentes da execução do contrato, que venham a ser ajuizadas contra a Contratante por terceiros.

5.1.15 Abster-se de divulgar, veicular ou utilizar publicidade relacionada ao objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1 Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato e da legislação aplicável, compete à Contratante:

6.1.1 Proporcionar todas as condições e facilidades necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratado, de acordo com as normas e condições estabelecidas neste Instrumento e em seus anexos.

6.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo, quando necessário, contar com o apoio de terceiros para subsidiar informações pertinentes às atribuições de fiscalização.

6.1.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, prazos ou demais condições pactuadas.

6.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após a regular liquidação da despesa.

6.1.5 Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis no prazo estipulado.

6.1.6 Verificar, previamente ao pagamento, a regularidade da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias, quando exigível, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

O presente contrato ficará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

7.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual, será aplicada multa moratória no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, limitada ao percentual máximo admitido em lei, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato e da aplicação das demais sanções cabíveis, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA poderá sofrer, conforme a gravidade da infração e mediante decisão motivada da autoridade competente, as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

7.2.1. Advertência, aplicada nas hipóteses de infração de menor gravidade, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa;

7.2.2. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, conforme a extensão do dano causado à Administração;

7.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção.

7.3. A reabilitação de que trata o item anterior será concedida quando a CONTRATADA ressarcir integralmente a Administração pelos prejuízos causados e após o decurso do prazo mínimo estabelecido na decisão sancionatória, conforme previsto na legislação vigente.

7.4. O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrado administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das câmeras de segurança, objeto deste contrato, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, mediante emissão de Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

8.2. O prazo máximo para início da execução dos serviços será de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, admitida prorrogação nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e autorizada pela Administração.

8.3. A vigência da presente contratação será até o final do exercício financeiro vigente, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da legislação aplicável.

8.4. Os serviços serão executados nas unidades da rede municipal de ensino e demais instalações vinculadas ao Fundo Municipal de Educação do Município de Machados/PE, conforme indicação expressa da CONTRATANTE.

8.5. Os atendimentos ocorrerão, preferencialmente, no horário de expediente administrativo, compreendido entre 07h00 e 13h00, salvo necessidade devidamente justificada e previamente autorizada.

8.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços com qualidade, eficiência, segurança e observância às normas técnicas aplicáveis, responsabilizando-se integralmente por eventuais falhas, vícios, danos ou prejuízos decorrentes da execução inadequada.

8.7. Caberá à CONTRATADA fornecer, às suas expensas, toda a mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, materiais e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, não sendo devido qualquer pagamento adicional além do valor contratado.

8.8. Constatada execução em desacordo com as especificações contratuais, a CONTRATADA ficará obrigada a corrigir as irregularidades apontadas pela fiscalização, sem ônus adicional, no prazo fixado pela Administração.

8.9. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e transporte, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO, VERIFICAÇÃO E ATESTO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A verificação da conformidade dos serviços executados será realizada pelo fiscal do contrato, mediante análise técnica quanto ao atendimento das especificações contratuais e do Termo de Referência.

9.3. Constatado o cumprimento das obrigações contratuais, o fiscal procederá ao atesto formal da execução dos serviços, condição indispensável para autorização do pagamento.

9.4. Verificadas falhas, irregularidades ou desconformidades, a CONTRATADA será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.5. O atesto da execução não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios ou defeitos posteriormente identificados, observados os prazos legais.

9.6. O pagamento somente será processado após a emissão do atesto pelo fiscal do contrato e da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além da aplicação das penalidades cabíveis, a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na legislação vigente.

10.2. Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. A rescisão contratual será formalizada e processada na forma e nos limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 137, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

10.4. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, mediante processo administrativo devidamente motivado, nos seguintes casos, entre outros legalmente previstos:

I – não execução ou execução irregular do objeto contratado;

II – superveniência de fato que comprometa o interesse público, devidamente justificado;

III – descumprimento das obrigações legais, contratuais ou das normas de segurança e legislação trabalhista aplicáveis.

10.5. A rescisão do contrato não afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem o dever de a CONTRATADA responder por eventuais prejuízos causados à Administração, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO, DA SUBCONTRATAÇÃO OU DA TRANSFERÊNCIA:

11.1. É vedada à CONTRATADA a cessão, a subcontratação ou a transferência do presente contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A eventual autorização de subcontratação não exime a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução do objeto contratado, permanecendo responsável perante a Administração por todos os encargos, obrigações e prejuízos decorrentes da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES:

12.1. A CONTRATADA assume inteira e exclusiva responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado, respondendo por todos os danos, prejuízos ou ônus causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, prepostos ou subordinados, no exercício da execução contratual.

12.2. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pela idoneidade, conduta técnica, civil, trabalhista, previdenciária e fiscal de seus empregados, prepostos ou quaisquer pessoas por ela designadas para a execução do contrato, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

12.3. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados ou vinculados à execução do presente contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pela CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709/2018

13.1. As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações obtidas ou compartilhadas em razão da execução do presente contrato, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados

Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse dessas informações a terceiros, salvo por força de obrigação legal, regulatória ou quando necessário para a fiel execução do objeto contratual.

13.2. O CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, assegurando que o tratamento de dados pessoais observe, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- a) o tratamento de dados pessoais ocorrerá com fundamento em uma das bases legais previstas nos arts. 7º e/ou 11, combinados com o art. 23, da Lei nº 13.709/2018;
- b) o tratamento será limitado às atividades estritamente necessárias ao cumprimento das finalidades da execução do contrato, podendo ser realizado, quando aplicável, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direitos ou por determinação judicial;
- c) encerrada a vigência do contrato, ou cessada a necessidade do tratamento, a CONTRATADA deverá interromper o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, proceder à eliminação completa dos dados e de eventuais cópias existentes, em meio físico ou digital, salvo nas hipóteses em que a manutenção seja exigida por obrigação legal ou outra previsão expressa da LGPD.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais, decorrentes do tratamento realizado em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

13.4. O eventual acesso da CONTRATADA a bases de dados que contenham, ou possam conter, dados pessoais implicará, para si e para seus empregados, prepostos ou representantes formalmente designados, o dever absoluto de sigilo, o qual permanecerá vigente durante a execução do contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos após o seu término.

13.5. A CONTRATADA declara que adotará e manterá medidas técnicas, administrativas e organizacionais adequadas, bem como ajustará seus procedimentos internos, de forma a assegurar a proteção dos dados pessoais tratados, em conformidade com a legislação vigente.

13.6. A CONTRATADA obriga-se a comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar violação ou risco de violação de dados pessoais, incluindo acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou tratamento inadequado ou ilícito, a fim de viabilizar a adoção das providências previstas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018, bem como o atendimento às autoridades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

9.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidor(es) formalmente designado(s) para exercer as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes o controle, a verificação da conformidade e a aceitação dos serviços prestados.

Compete ao Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, zelando pela regularidade, qualidade e adequação da prestação contratual;
- b) Conhecer integralmente os termos do contrato, seus anexos e a proposta da Contratada, a fim de identificar com precisão as obrigações assumidas pelas partes;
- c) Manter contato permanente com o preposto da Contratada, visando alinhar procedimentos, esclarecer dúvidas e acompanhar a execução do objeto;
- d) Exigir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, das especificações técnicas e das ordens de serviço expedidas pela Administração;
- e) Registrar, em relatório ou instrumento próprio, as ocorrências verificadas durante a execução contratual, indicando as providências adotadas;
- f) Recusar a execução de serviços em desacordo com o contrato, bem como aqueles que não atendam às especificações técnicas estabelecidas;
- g) Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade constatada, solicitando a adoção das medidas corretivas cabíveis;
- h) Informar ao Gestor do Contrato as irregularidades passíveis de aplicação de penalidades, após as tentativas de solução administrativa junto à Contratada.

Compete ao Gestor do Contrato:

- a) Coordenar e supervisionar a execução contratual, assegurando o cumprimento das cláusulas pactuadas;
- b) Analisar os relatórios e registros encaminhados pelo Fiscal do Contrato;
- c) Adotar providências administrativas necessárias à correção de falhas na execução do contrato;
- d) Solicitar a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades, quando cabível, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada;
- e) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento contratual;
- f) Acompanhar e autorizar os pagamentos devidos à Contratada, após a regular liquidação da despesa e verificação da conformidade dos serviços prestados;
- g) Manter controle atualizado da execução financeira do contrato, de modo a evitar a extrapolação do valor contratado;
- h) Orientar o Fiscal do Contrato quanto à correta observância das cláusulas contratuais e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Bom Jardim, Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas.

Machados - PE, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÃO

REF.: DISPENSA DE VALOR Nº DV 00008/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS

PROPONENTE
CNPJ

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.